

Ensaio Sobre A História Da Organização Sindical Dos Trabalhadores Em Educação No Brasil (1983-1991)

Essay On The History Of The Union Organization Of Workers In Education In Brazil (1983-1991)

Ensaya Sobre La Historia De La Organización Sindical De Los Trabajadores De La Educación En Brasil (1983-1991)

Carlos Bauer*

Cacau Pereira**

Resumo: No presente ensaio de interpretação histórica educacional, interessa-nos refletir sobre a organização sindical dos trabalhadores em educação, que passou por um intenso processo de transformação e até mesmo, metamorfose no período compreendido entre a queda da ditadura civil-militar e a instalação de um regime político democrático-eleitoral no Brasil. Nesse sentido, o escrito tem como objeto de estudo a organização nacional dos trabalhadores do ensino básico da rede pública, centrando suas preocupações analíticas no período histórico de 1983 a 1991. Esse momento, de intensas mudanças institucionais, coincide com uma transição do *lócus* político-organizativo e a substancial transformação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que, significativamente, passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). No texto, são investigados e analisados os principais episódios sociais e as mudanças que influenciaram os rumos políticos, marcaram a transição e a disputa de hegemonia no interior da entidade nacional, apontando-se ainda sua intervenção nas Conferências Nacionais de Educação, na criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (1987) e nos debates prévios à Assembleia Nacional Constituinte (1988). Na interpretação histórico-educacional que apresentamos, a CNTE emergiu influenciada por um novo modelo de organização sindical classista, com representação nos locais de trabalho, de confrontação social, contrário à colaboração com os governos, conhecido como «novo sindicalismo». Diferentemente de outras organizações sindicais, a mudança na forma de organização operou-se no interior da antiga CPB, postulando, política e socialmente, a unidade da categoria.

Palavras-chave: Associativismo; Brasil; CNTE; CPB; história da educação.

* Carlos Bauer é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove) e Pesquisador de Produtividade (PQ), do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq).
<https://orcid.org/0000-0003-1031-5631>

** Sebastião Carlos Pereira Filho (Cacau Pereira) é advogado e Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho/SP, membro do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibepe).
<https://orcid.org/0000-0002-2980-511>

ARTIGO

Abstract: In this essay of educational-historical interpretation, we aim to reflect on the union organization of education workers in Brazil, which underwent an intense process of transformation – even metamorphosis – between the fall of the civil-military dictatorship and the establishment of a democratic-electoral political regime. The manuscript focuses on the national organization of public basic education workers, centering its analytical concerns on the historical period from 1983 to 1991. This era of profound institutional changes coincided with a transition in the political-organizational locus and the substantial transformation of the Confederation of Teachers of Brazil (CPB), which notably renamed itself the National Confederation of Education Workers (CNTE). The text investigates and analyzes key social episodes and changes that influenced political trajectories, marked the transition, and shaped the struggle for hegemony within the national entity. It also highlights the CNTE's interventions in the National Education Conferences, the creation of the National Forum in Defense of Public Schools (1987), and the debates preceding the National Constituent Assembly (1988). In our historical-educational interpretation, the CNTE emerged under the influence of a new model of class-based union organization, characterized by workplace representation, social confrontation, and opposition to collaboration with governments—a model known as “new unionism.” Unlike other union organizations, this shift occurred within the former CPB, advocating politically and socially for the unity of the category.

Keywords: Associativism; Brazil; CNTE; CPB; history of education.

Resumen: En el presente ensayo de interpretación histórica educacional, nos interesa reflexionar sobre la organización sindical de los trabajadores en educación, que atravesó un intenso proceso de transformación e incluso se metamorfoseó durante el período comprendido entre la caída de la dictadura civil-militar y la instalación de un régimen político democrático-electoral en Brasil. En este sentido, el manuscrito tiene como objeto de estudio la organización nacional de los trabajadores de la enseñanza básica de la red pública, centrando sus preocupaciones analíticas en el período histórico de 1983 a 1991. Este momento, de intensos cambios institucionales, coincide con una transición del locus político-organizativo y la sustancial transformación de la Confederación de los Profesores de Brasil (CPB), que, significativamente, pasó a llamarse Confederación Nacional de los Trabajadores en Educación (CNTE). En el texto, se investigan y analizan los principales episodios sociales y los cambios que influenciaron los rumbos políticos, marcaron la transición y la disputa de hegemonía al interior de la entidad nacional, señalándose además su intervención en las Conferencias Nacionales de Educación, en la creación del Foro Nacional en Defensa de la Escuela Pública (1987) y en los debates previos a la Asamblea Nacional Constituyente (1988). En la interpretación histórico-educacional que presentamos, la CNTE emergió influenciada por un nuevo modelo de organización sindical clasista, con representación en los lugares de trabajo, de confrontación social, contrario a la colaboración con los gobiernos, conocido como “nuevo sindicalismo”. A diferencia de otras organizaciones sindicales, el cambio en la forma de organización operó en el interior de la antigua CPB, postulando, política y socialmente, la unidad de la categoría.

Palabras clave: Asociativismo; Brasil; CNTE; CPB; historia de la educación.

Introdução

A temática central deste ensaio são algumas das ambiguidades e conflitos que marcaram o andamento da chamada transição democrática brasileira, transformando-o num período de intensas mudanças sociais e institucionais, que influenciaram e amalgamaram a transformação da Confederação de Professores do Brasil (CPB) em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), trazendo à tona uma interpretação histórica da organização político-sindical dos trabalhadores em educação, registrada entre os anos de 1983 a 1991, período marcado pela transição da ditadura militar para a democracia e pela emergência do “novo sindicalismo”.

A partir de uma abordagem histórico-educacional, procuramos entender como as mudanças políticas, sociais e econômicas influenciaram a organização sindical docente, destacando a atuação da entidade em eventos como as Conferências Nacionais de Educação, a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (1987) e a Assembleia Nacional Constituinte (1988).

Ao analisar a organização sindical dos professores da educação básica das redes públicas no Brasil, no recorte temporal entre as décadas de 1970 e 1989, destacam-se eventos políticos e sociais emblemáticos, como a Campanha das Diretas Já (1983), a ascensão de José Sarney à Presidência da República após o falecimento de Tancredo Neves (1985), as greves gerais coordenadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante seu governo (1985-1989), a Assembleia Nacional Constituinte (1988) e a disputa presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor (1989).

É relevante sublinhar que Tancredo Neves, eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, faleceu em 14 de março daquele ano, antes de assumir o cargo, o que levou seu vice, José Sarney, a tornar-se o primeiro presidente civil do período de redemocratização.

Essa conjuntura histórica intersecta-se com as transformações na organização sindical docente, influenciadas pelo **Novo Sindicalismo**, movimento que contestou o modelo corporativista de sindicatos subordinados ao Estado, vigente durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A partir da década de 1970, em meio à crise do regime autoritário, os professores públicos passaram a adotar estratégias de mobilização análogas às do operariado, com associações e sindicatos emergindo como espaços centrais de representação coletiva.

Tal mudança reflete uma reconfiguração do perfil sociopolítico do magistério: antes associado a uma elite intelectual de origem urbana e média, o professorado foi

ARTIGO

progressivamente massificado devido à expansão conservadora do ensino público, alinhada aos interesses modernizantes das classes dominantes.

A transição da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) simboliza essa ruptura com o sindicalismo tradicional. Enquanto a CPB mantinha relações de colaboração com o Estado e evitava confrontos abertos com o regime ditatorial civil-militar, a CNTE, fundada em, incorporou práticas do Novo Sindicalismo, como a unificação de diferentes categorias educacionais (não apenas professores) e a adoção de táticas mais combativas. A transformação ocorreu de forma endógena, mediante a reorganização interna da própria CPB, sinalizando a assimilação de demandas por autonomia e representatividade.

No debate historiográfico educacional, a valorização docente é um tema complexo, exigindo análises que articulem dados salariais, condições de trabalho e contextos políticos. Conforme a tese de Rocha (2009), a remuneração dos professores no Brasil colonial (1549-1759) era inexistente para religiosos — majoritários no magistério —, devido aos votos de pobreza. Após a Proclamação da República (1889), políticas de incentivo à educação avançaram de forma lenta e fragmentada.

Monlevade (2000) identifica três perfis docentes no período republicano inicial: professores secundários de liceus, bem remunerados; professores primários de redes estaduais e municipais, com salários reduzidos; e religiosos, sem remuneração formal (Monlevade, 2000, p. 32). Essa estratificação histórica ecoa nas desigualdades que marcaram a profissionalização docente ao longo do século XX.

A crítica ao caráter “elitista” do magistério, mencionada na literatura, deve ser contextualizada à luz dessas dinâmicas. A massificação do ensino, ainda que sob uma modernização conservadora, diluiu o perfil tradicional do professorado, incorporando camadas sociais mais amplas e fomentando sua aproximação com movimentos sindicais. Contudo, como alerta Rocha (2009), a precarização salarial persistente exige cautela ao se analisar discursos sobre “valorização docente”, já que estes frequentemente omitem disparidades estruturais.

Os caminhos da pesquisa

A investigação que fundamenta este ensaio de interpretação histórica na área educacional estruturou-se em três etapas metodológicas, delineadas a seguir.

Inicialmente, procedeu-se a uma análise crítica da literatura especializada em associativismo e sindicalismo docente, com ênfase nas contribuições da Rede de

ARTIGO

Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE). Destacam-se, nesse escopo, os seguintes trabalhos:

Associativismo e Sindicalismo em Educação: organização e lutas (Dal Rosso, 2011), obra inaugural que sistematiza as bases conceituais do tema;

Associativismo e Sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos (Dal Rosso; Ferreira; Gindin, 2013), que amplia o debate teórico e histórico;

A trilogia Associativismo e Sindicalismo em Educação no Brasil (Bauer *et al.*, 2013, 2015, 2017), cujos volumes exploram, respectivamente, a evolução organizacional, os movimentos sociais educacionais e as interfaces políticas do sindicalismo docente.

Complementarmente, recorreu-se às reflexões de João Monlevade (2000, 2008, 2009) para examinar o papel da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na formulação de políticas educacionais. A pesquisa de Camila Pinheiro (2015) subsidiou a análise das Conferências Brasileiras de Educação (CBE), do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e dos debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) nos anos 1980, evidenciando a articulação entre movimentos sociais e agendas legislativas.

A fase subsequente dedicou-se à constituição de um corpus documental, abrangendo duas vertentes:

Acervos institucionais: Consulta aos arquivos históricos da CNTE em Brasília/DF, com ênfase em documentos que ilustram a atuação da entidade durante o período estudado;

Documentos legislativos: Análise dos anais da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), visando identificar a influência dos movimentos docentes na construção do texto constitucional, especialmente no tocante aos direitos educacionais.

Embora parte do material coletado nos arquivos da CNTE tenha sido utilizada de maneira pouco abrangente, sua relevância reside na capacidade de elucidar contextos específicos da mobilização sindical, pois revelam as demandas dos trabalhadores em educação no final dos anos 1980, como melhores condições de trabalho, gestão democrática e financiamento educacional, suas estratégias de mobilização, retórica política e prioridades, com ênfase na escola pública e na formação cidadã.

As fontes primárias reproduzidas nestes manuscritos, embora analisadas de maneira superficial, são fontes valiosas para compreender a atuação da CNTE num momento-chave da história brasileira: a redemocratização e a construção da

ARTIGO

Constituição Cidadã. Elas ilustram como o sindicalismo educacional articulou-se com projetos políticos mais amplos, defendendo não apenas direitos trabalhistas, mas um modelo de educação pública como alicerce da democracia.

No debate historiográfico, reforçam a necessidade de se estudar as questões educacionais a partir de perspectivas críticas, que integrem atores sociais, conflitos e contextos políticos, avigorando a luta por uma escola pública inclusiva e democrática, alinhada ao ideário da redemocratização.

A ênfase em “cidadania” e “voto” reflete a conexão entre educação e participação política e destaca o papel dos trabalhadores em educação como agentes políticos, não apenas reivindicando melhorias salariais, mas também defendendo projetos pedagógicos.

O terceiro momento metodológico desta pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com quatro ex-dirigentes da CPB e CNTE, atuantes no período estudado (1983-1991). Todos os entrevistados foram protagonistas diretos dos processos analisados, sendo três deles ex-presidentes das entidades. A escolha desses sujeitos visou capturar perspectivas diversificadas sobre a transformação sindical, considerando suas trajetórias políticas e inserções partidárias.

As entrevistas, autorizadas para publicação nominal, foram conduzidas em diferentes regiões do país, garantindo abrangência geográfica e pluralidade de experiências. Os quatro professores aceitaram prontamente o convite, bem como autorizaram a publicação do teor das entrevistas e dos seus nomes próprios nos escritos resultantes dos depoimentos coletados. Seguem, de maneira breve, algumas informações sobre os entrevistados. Hermes Zaneti, atuante no Rio Grande do Sul/RS, foi o presidente da Confederação de Professores do Brasil entre 1979 e 1985 e nos recebeu em sua residência, em Brasília/DF, para a entrevista.

O professor Zaneti exerceu mandato parlamentar como deputado federal entre 1983/1991, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1988 foi parte da dissidência que criou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi deputado constituinte entre os anos de 1987 e 1988.

Tomaz Gilian Deluca Wonghon, também do Rio Grande do Sul, foi o presidente da CPB entre os anos de 1987 e 1989, se apresenta como um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tendo sido membro do Secretariado

ARTIGO

Sindical Estadual do Partido no Estado do Rio Grande do Sul, entre 2013 e 2015.

Encontramo-nos com o professor Wonghon na Casa de Cultura Mário Quintana, no centro da cidade de Porto Alegre/RS, para a realização da entrevista.

Já Roberto Felício, de São Paulo, foi o presidente da CNTE entre os anos de 1989 a 1993. Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), o dirigente exerceu mandatos de deputado estadual nas legislaturas de 2003-2006, 2007-2010 e 2015, no Estado de São Paulo. Fomos recebidos pelo professor Felício na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na região do Brás, em São Paulo, capital, entidade a qual segue vinculado e atuando sindical e politicamente.

Também foi entrevistado o professor Nélson Rodrigues da Silva, que foi o vice-presidente da União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE), fundada em 1981, por iniciativa de lideranças vinculadas ao PT, num processo de tentativa de criação de outra entidade nacional por fora da estrutura organizativa da CPB. O professor Nélson segue na ativa em seu trabalho docente, atualmente como professor do Curso de Artes Visuais do Centro Universitário Belas Artes, de São Paulo, onde nos recebeu e concedeu a entrevista.

A triangulação metodológica (fontes bibliográficas, documentais e orais) permitiu contrastar a visão da Rede ASTE — que enfatiza a coesão organizacional das entidades — com críticas de autores como Monlevade (2009) e Pinheiro (2015), que destacam contradições entre projetos pedagógicos e agendas corporativas. As entrevistas revelaram, por exemplo, como a pressão por unificação da categoria, sob a égide do “novo sindicalismo”, coexistiu com resistências locais a diretrizes nacionais, um tema central no debate sobre “sindicalismo de resistência versus sindicalismo de proposição” (Bauer *et al.*, 2017).

Essa abordagem reforça a necessidade de análises que articulem escalas local e nacional, evitando generalizações sobre o movimento sindical docente. As entrevistas não apenas validaram achados documentais, como expuseram nuances políticas omitidas em registros institucionais, destacando o papel de lideranças na mediação entre bases sindicais e projetos nacionais. Assim, a história da CNTE emerge não como uma transição linear, mas como um processo marcado por disputas, adaptações e reinterpretações do ideário classista no contexto da redemocratização.

Apesar das limitações de espaço inerentes à redação de um ensaio historiográfico



educacional, que impedem a reprodução de trechos das entrevistas, as informações coletadas foram fundamentais para revelar as dinâmicas internas das entidades, oferecendo uma camada interpretativa indispensável à compreensão da metamorfose sindical em análise.

A emergência de um novo modelo sindical entre os trabalhadores da educação básica

A ruptura institucional representada pelo golpe civil-militar de 1964 é o pano de fundo desta tentativa de interpretação da vida política, econômica e social brasileira das últimas décadas do século XX. A instauração e o desenvolvimento do regime ditatorial deixaram as suas marcas de regressão histórica em diversos campos, sufocou as liberdades democráticas, a organização política e sindical, exerceu ações coercitivas sobre o campo das artes e da cultura, dos esportes, da educação, da ciência e da tecnologia.

As reformas educacionais produzidas entre 1968 e 1971 redundaram no crescimento numérico dos profissionais formados nas instituições de ensino superior e no número daqueles que viriam dedicar-se à educação, particularmente os professores públicos das redes estaduais de ensino. Em contrapartida, a política salarial de arrocho da ditadura faria com que as condições de trabalho se aviltassem naquele período. Por aqueles tumultuados dias, os sinais de uma grave crise de acumulação capitalista eram em toda parte aparentes.

A economia brasileira, no entanto, parecia remar contra a corrente. O período de 1968 a 1973 ficou conhecido como o milagre econômico e correspondeu a um momento marcado por um expressivo crescimento, capitaneado pela expansão dos bens de consumo para a classe média, pelo crédito abundante sustentado por juros baixos e pelo aumento do endividamento externo.

O fim do milagre econômico fez com que a insatisfação social contra a ditadura militar se tornasse latente. O aumento dos índices de desemprego e a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade foram dois elementos decisivos para a disseminação desse mal-estar.



Os trabalhadores do ensino básico da educação pública tinham na Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), fundada em 1960, um marco decisivo e aglutinador do associativismo docente naquela conturbada quadra da história

ARTIGO

nacional. Durante os seus primeiros anos, a pauta da CPPB foi dominada por questões estritamente pedagógicas. Os temas relativos à carreira e formação do professor eram secundarizados. No entanto, os impactos políticos e sociais das ações dos governos civis-militares se fariam sentir na organização sindical docente num espaço curto e acelerado de tempo.

Em 1978 o movimento sindical, por definitivo, irrompe na cena política, com as mobilizações dos metalúrgicos da região do ABC paulista, contagiando outros segmentos profissionais, dentre eles o professorado. Abre-se um profundo processo de reorganização sindical e política entre os trabalhadores brasileiros. Essas greves, entre os professores, em muitos casos, ocorreram por fora das entidades tradicionais e colocaram em xeque os líderes formais, estabelecendo o confronto entre duas alas, fundamentalmente: de um lado, as direções tradicionais, que dirigiam a então CPB¹ e, de outro, as novas, surgidas e vinculadas ao Novo Sindicalismo.

Inicialmente, as lideranças ligadas ao chamado Novo sindicalismo, apostaram na criação de outra entidade nacional, a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE), fundada em 1981. A experiência da UNATE, no entanto, teve curta duração e não se consolidou.

A disputa pela hegemonia, então, na condução do movimento sindical dos professores da educação básica retornaria ao interior da CPB, a partir de 1983, numa realidade bastante diversa de quando a CPPB foi fundada:

- I. A ditadura civil militar encontrava-se agonizante, embora resistisse e ainda assestasse golpes contra o movimento sindical;
- II. Os movimentos sindicais e trabalhistas entraram em cena a partir de 1978 e passaram a ser parte constituinte e fundamental da nova realidade política brasileira;
- III. O movimento associativo dos professores da educação básica acompanhou o movimento operário e também vivia uma nova fase política e organizativa, rompendo as amarras legais que proibiam os direitos de sindicalização e de greve;
- IV. A abertura política e o surgimento do PT possibilitaram que parte da nova vanguarda surgida no calor dessas mobilizações se identificasse com o projeto político daquele partido;
- V. As mudanças advindas do processo de profissionalização docente deram uma nova configuração à categoria, aproximando a sua realidade daquela vivida pelos

ARTIGO

demais assalariados;

VI. O país vivia um processo de reorganização político-sindical que qualificava a disputa, entre várias correntes e partidos, pela hegemonia da classe trabalhadora, nesse período de transição política, e que se materializaria no ressurgimento das centrais sindicais e,

VII. A CPB mudara a sua configuração original e estava qualificada a assumir o seu papel como articuladora e porta-voz da categoria nacionalmente, mas esse processo assumiria contornos e características próprias.

Os anos 1980 tiveram a marca da combinação de uma crise econômica profunda, com seus reflexos na vida social, temperada pela resposta de movimentos reivindicatórios que marcaram a transição política da ditadura para o regime democrático no Brasil. As crises políticas foram parte dessa realidade.

Ao final de 1983 teve início o movimento pelas “diretas, já”², que perpassaria o primeiro semestre de 1984. A participação dos professores na campanha das diretas foi intensa. As escolas foram centros de organização da mobilização popular, constituindo-se em comitês abertos que reuniam a população engajada no fazer histórico que aquele momento significou, possibilitando a incorporação de milhões no processo decisório das grandes questões nacionais.

Também naquele período, ainda que com menos intensidade do que no final da década anterior, ocorreram muitas greves entre os trabalhadores da educação, que ajudaram a consolidar uma dinâmica nacional de mobilizações permanentes, como parte da reconfiguração da categoria.

Dessas mobilizações envolvendo os professores públicos do ensino básico nos anos finais da ditadura civil militar, pudemos inferir que:

I. a maioria das greves tinha nas questões econômicas e de condições de trabalho as motivações principais para a sua eclosão;

II. as entidades associativas dos professores haviam transitado, no que toca às suas atividades, para uma dinâmica marcadamente sindical e, ainda que mantendo traços assistencialistas em sua atividade, tinham incorporado a metodologia das greves, típicas do movimento operário, ao seu cotidiano;

III. embora formalmente proibidos, os direitos de sindicalização e de greve dos servidores públicos vinham sendo postos em prática, à margem da legislação

repressiva em vigor e,

IV. as pautas corporativas do segmento começaram a ganhar densidade incorporando as questões relativas à profissionalização e também a questões educacionais mais amplas, que visavam não só a melhoria da condição do trabalho docente, mas também diziam respeito ao direito da população a uma educação plena e integral.

As greves, como instrumento de pressão sobre governos e classes proprietárias, também marcaram a segunda metade da década de 1980 como a mais ativa da história nacional, no que toca às mobilizações das classes assalariadas. Como parte dos setores mais proletarizados do serviço público, o professorado sofria, muitas vezes, de maneira ainda mais dramática com a perda do seu poder aquisitivo.

Professores da educação básica e a construção de identidade sindical no Brasil: mobilizações, greves e engajamento político (1985-1989)

Os docentes da educação básica desempenharam papel central no engajamento político excepcional protagonizado por entidades sindicais durante a redemocratização brasileira, utilizando a greve como instrumento estratégico de reivindicação.

Esse fenômeno não apenas refletiu demandas corporativas, mas também consolidou uma identidade coletiva articulada em torno de princípios políticos e organizacionais, conforme analisa Monlevade (2009) em sua discussão sobre a profissionalização docente.

A Confederação dos Professores do Brasil (CPB) estabeleceu um novo marco decisivo na trajetória sindical docente ao promover jornadas nacionais de mobilização. Em 11 de abril de 1985, realizou sua primeira ação unificada, estratégia incorporada posteriormente como prática política recorrente.

Um ano depois, em 17 de abril de 1986, a convocação de um dia nacional de paralisação em defesa da escola pública representou um *divisor de águas*, conforme documentação da CNTE (1990), o movimento unificou pautas antes fragmentadas regionalmente, combinando reivindicações salariais com bandeiras estruturais, como financiamento educacional e valorização profissional.

Diferentemente dos momentos iniciais da retomada do ciclo de greves, a partir de 1978, a segunda metade da década de 1980 viria consolidar uma nova situação, marcada pela ocorrência da unificação da categoria profissional dos professores do ensino básico em grandes jornadas nacionais, unificando pautas econômicas e políticas antes dispersas na ação regionalizada que marcou a ação reivindicatória da categoria.

Figura 1: Jornal CPB notícias.



Fonte: Arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - (CNTE) (1990).

O jornal da CPB, acima reproduzido, situa-se no contexto pós-Constituição de 1988, marcando a transição democrática brasileira e a intensificação de debates sobre direitos sociais, incluindo a educação. A referência à “Assembleia Nacional Constituinte” sugere que a Carta de Brasília pode ter sido um documento estratégico para influenciar a inclusão de pautas educacionais na nova Constituição.

No mesmo sentido, a participação nas greves gerais, ocorridas na década de 1980, ajudou a consolidar o novo perfil que a categoria começou a ganhar ainda nos primórdios dos anos 1970, quando vai deixando de ter, gradativamente, um perfil de profissão liberal e imerge, definitivamente, no mundo das classes assalariadas.

Esses elementos atuaram no sentido de fortalecer uma identidade entre esses trabalhadores, com a consolidação de métodos de luta antes identificados com o operariado, com o sindicalismo fabril clássico.

ARTIGO



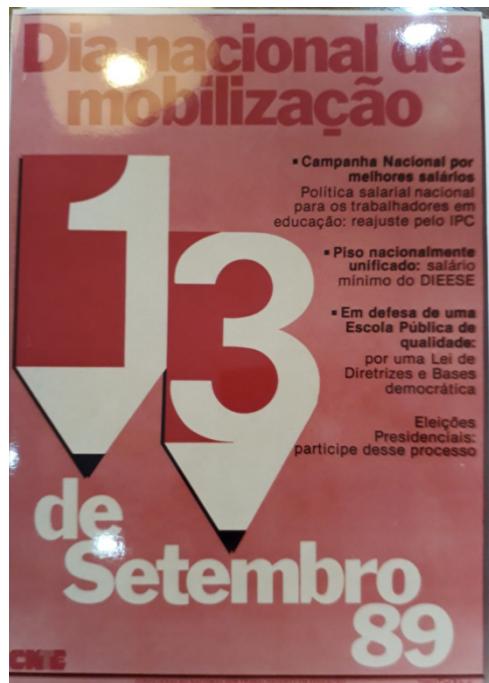
À pauta tradicionalmente econômica, assistencial e corporativa do segmento dos professores, incorporaram-se, ao longo dos anos, reivindicações relativas às políticas educacionais que afetam a todo o povo, em particular suas camadas mais pobres. Ao intervir e se identificar com as questões gerais do mundo do trabalho e da sociedade brasileira, a luta travada pelos profissionais da educação elevou-se a um patamar político, qualificando esses trabalhadores como porta-vozes de grandes demandas da sociedade, postas em debate na conturbada década de 1980.

Se, na década de 1970, predominava entre os docentes um perfil próximo às profissões liberais, os anos 1980 assistiram à sua transição para a condição de assalariados, integrados às lutas do movimento operário (Monlevade, 2009).

A participação em greves gerais e a adoção de métodos de ação coletiva – como paralisações coordenadas e assembleias massivas – aproximaram a categoria do sindicalismo fabril, conforme evidenciam registros da CNTE (1990). Essa transformação ampliou o escopo das pautas: além de demandas corporativas, incorporaram-se reivindicações vinculadas a políticas educacionais universais, posicionando os professores como atores políticos capazes de articular questões sociais mais amplas.

Figura 2: Cartaz da CNTE convocando para o Dia Nacional de Luta (1989).





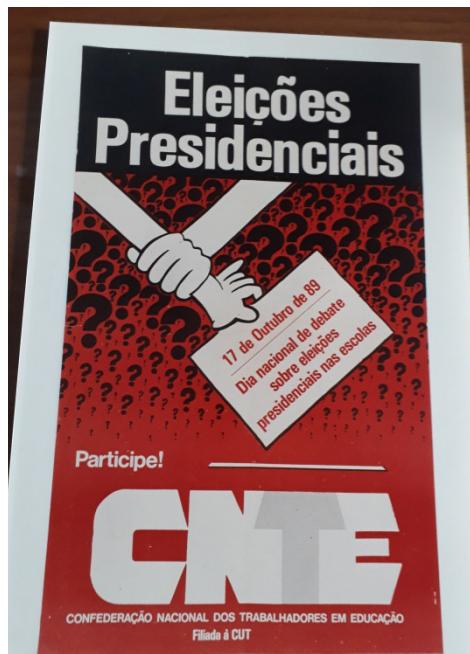
Fonte: Arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - (CNTE) (1989).

O ano de 1989 representou o ápice na cadeia de greves do período. Com grande adesão em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Vitória, a greve geral chegou a esvaziar as grandes metrópoles. Estima-se que 1.000.000 (um milhão) de trabalhadores das redes públicas estaduais e municipais de ensino tenham aderido ao movimento grevista, conforme apontamentos da CNTE (1990), presentes em seu *website*.

1989 foi também o ano das primeiras eleições presidenciais após a queda da ditadura e o debate político perpassou todas as ações dos movimentos sociais. No segundo semestre, duas ações articuladas dos professores e demais trabalhadores da educação básica se destacaram.

No dia 13 de setembro ocorreu um dia nacional de luta pautado por reivindicações salariais como o reajuste pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e piso salarial nacional unificado, além da defesa da escola pública com qualidade e uma nova LDB de cunho democrático. No dia 17 de outubro os professores organizaram um dia nacional de debates sobre a eleição presidencial, com a coleta de assinaturas num abaixo assinado que reivindicava do futuro governante a adoção de um piso salarial para os trabalhadores em educação de todo o país.

Figura 3: Cartaz CNTE convocando o dia nacional de debate sobre as eleições presidenciais.



Fonte: Arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - (CNTE) (1989).

Paralelamente, o contexto das primeiras eleições presidenciais pós-ditadura intensificou o debate sobre o papel do Estado na educação. Duas ações emblemáticas destacaram-se:

- 1. 13 de setembro de 1989:** Dia nacional de lutas por reajuste salarial indexado ao IPC, instituição de piso nacional unificado e defesa de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) democrática;
- 2. 17 de outubro de 1989:** Mobilização para pressionar candidatos presidenciais a assumirem compromissos com a valorização docente, incluindo campanhas de abaixo-assinados por um piso salarial nacional (CNTE, 1990).

A atuação sindical docente nesse período redefiniu sua inserção no cenário político, transformando greves em plataformas de disputa por projetos educacionais. Como ressalta Monlevade (2009), a construção de uma identidade nacional unificada permitiu transcender o localismo, articulando-se às lutas democráticas da sociedade civil. Esse processo, contudo, não está isento de debates historiográficos: questiona-se até que ponto a “operariização” da categoria diluiu especificidades profissionais ou, alternativamente, fortaleceu sua capacidade de pressão (CNTE, 1990).

A consolidação da CPB como centro aglutinador do professorado da educação básica, a filiação à CUT e a constituição da CNTE

Os congressos da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), ocorridos de 1988 a 1991, foram fundamentais na construção de uma nova moldura da entidade. A filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) começou a ser discutida no Congresso de 1984, mas só foi aprovada em 1988. Ao mesmo tempo, também naquele período, ganhou novos contornos o debate sobre o caráter da entidade: se permaneceria como representação exclusiva de professores ou se abriria para a representação do conjunto dos trabalhadores em educação.

Em 1989, foi constituída a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e, a partir daquele ano, a representação institucional dos professores passou a ser feita pela nova entidade. No entanto, a CPB não foi formalmente extinta. O Congresso realizado em Campinas, em 1989, iniciou o processo de transição para a constituição do novo perfil institucional da entidade confederativa dos profissionais da educação.

Ao adotar a denominação “trabalhadores em educação” – em vez de “educadores” ou “professores” –, o Congresso refletiu uma mudança de percepção da categoria, relacionado ao contínuo processo de mobilização vivenciado ao longo da década. Conforme destacam estudos da época, essa alteração sugere “uma tomada de consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores, rompendo a barreira ideológica que separava os professores dos demais trabalhadores em educação” (CNTE, 1990, p. 15).

O Congresso Nacional de Unificação dos Trabalhadores em Educação aconteceu de 25 a 28 de janeiro de 1990, na cidade de Aracaju (SE), e foi convocado, conjuntamente, pela CNTE, pela Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE), pela Federação Nacional de Supervisores Escolares (FENASE) e pela Confederação Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas (CONAFEP).

Esse é o evento deliberativo que a CNTE considera, oficialmente, como marco de sua constituição, pois consolidou a fusão da entidade criada no Congresso anterior e da CPB com as outras três entidades citadas. As resoluções aprovadas e a configuração da direção eleita confirmaram a hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na nova confederação.

A intervenção da CPB nos debates educacionais da década de 1980

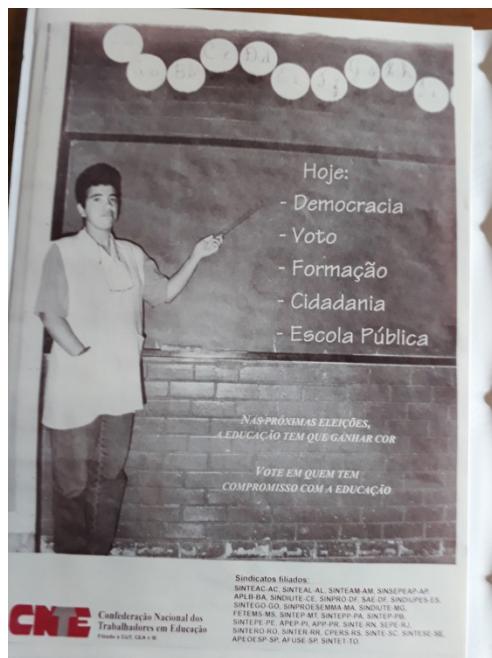
Os anos de ditadura significaram o fechamento dos espaços de debate entre as organizações populares, sindicais e da sociedade civil em geral. No caso da educação, não foi diferente (Ferreira Jr., 2011).

Ao longo da década de 1980, entretanto, o ressurgimento da sociedade civil nas arenas política, social e cultural teria, no terreno educacional, a destacada ação de entidades de caráter acadêmico e científico, notadamente a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).

Entre 1980 e 1988, essas entidades promoveram a realização de cinco conferências brasileiras de educação (CBEs), cujo ápice pode ser considerado à resolução aprovada na IV Conferência Brasileira de Educação, a Carta de Goiânia, que continha vinte e um princípios sobre educação, sociedade e Estado. Da IV Conferência também resultou a criação do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, posteriormente rebatizado como Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP).

O Fórum foi lançado oficialmente em abril de 1987, e a CPB teve participação ativa, sendo a principal responsável pela coleta de assinaturas na Emenda Popular pelo Ensino Público e Gratuito, destinada à Constituinte de 1988. Como afirma Silva (1987, p. 32 *apud* Gohn, 2005), “a mobilização liderada pela CPB foi decisiva para garantir a inclusão de pautas educacionais democráticas na Constituição”.

Figura 4: Reprodução cartaz CNTE.



Fonte: Arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - (CNTE) (1989).

Apesar da abrangência dos temas discutidos, a elaboração das propostas aprovadas na IV Conferência não se deu de forma ampla e coletiva. Os professores da educação básica, naquele momento, já cumpriam um papel de destaque no debate e na formulação de propostas político-pedagógicas, mas estavam secundarizados, no espaço representado pelas CBEs, as contribuições advindas do sindicalismo.

A CPB patrocinou, então, a organização de duas conferências nacionais sobre educação nos anos de 1987 e 1988. A I Conferência ocorreu de 19 a 23 de julho de 1987, em Brasília, e teve como tema “A Escola que Interessa à Classe Trabalhadora”. A decisão da CPB de realizar uma conferência própria sugere, de um lado, que havia uma disputa pelo protagonismo na elaboração das propostas no âmbito do FNDEP e, de outro, que não houve vazão suficiente às diferenças de concepção sobre a questão político-educacional no interior da IV Conferência Brasileira de Educação.

Embora a Carta de Goiânia (1986) tivesse ganhado mais adesões depois de sua divulgação, do estudo comparativo das resoluções adotadas na IV CBE e da Carta de Brasília, aprovada na I Conferência de Educação da CPB, é possível identificar diferenças de concepção pedagógica e de visão de sociedade que não são secundárias.

A I Conferência da CPB estruturou-se em nove grupos temáticos, em torno do eixo da educação sob a ótica dos trabalhadores, sendo esses grupos:

ARTIGO

I. pré-escola e primeiro grau; II. educação e trabalho; III. meios de comunicação; IV. financiamento da educação; V. educação popular; VI. recursos humanos na educação; VII. segundo grau; VIII. ensino superior; IX. educação rural.

A organização do evento reforça a ideia de um seminário, com acento na formulação político-ideológica e com um grau de aprofundamento nos debates sobre concepção de educação e sociedade bastante evidente. A metodologia proposta deslocava o protagonismo dos especialistas, reunidos em mesas temáticas, algo comum aos eventos científicos e também sindicais, para os grupos de trabalho. Naqueles espaços, o debate dos temas era aprofundado e também se permitia a participação do professorado por meio de comunicações apresentadas nos grupos de discussão.

O tempo reservado às entidades que compunham o FNDEP resumiu-se a uma saudação de dez minutos para cada uma delas na segunda noite do evento, depois da audiência inaugural e da realização dos grupos de trabalho. Ou seja, a dinâmica dos debates deu-se em torno dos eixos formulados pela CPB e não das formulações pedagógicas e de políticas educacionais gestadas no FNDEP ou em suas entidades componentes.

As justificativas da CPB para a iniciativa de realização de suas próprias conferências foram evidenciadas após a realização desse primeiro encontro, quando da convocação de uma segunda conferência. A convocatória destaca e valoriza a existência de diferenças de natureza metodológica e política com a condução do processo por dentro das CBEs. Também evoca a prerrogativa e a responsabilidade da Confederação de traduzir, para o conjunto da sociedade, a discussão e a proposta coletiva dos professores da educação básica para a questão educacional.

No mesmo documento, denota-se inconformismo com a formalidade das resoluções construídas no âmbito do FNDEP. Ressalta-se o quanto seria adstrito o papel da CPB ao se limitar apenas ao anúncio e à defesa de uma proposta, aparentemente consensual, de ensino público e gratuito de qualidade. Dessa crítica e, de certa forma, autocritica, infere-se a necessidade de a CPB qualificar as suas proposições, em consonância com as suas bases de representação e como exigência da sociedade, pelo papel desempenhado pelo professor no processo educacional.

A principal resolução do encontro da CPB foi a “Carta de Brasília” e, nesse documento, podemos identificar diferenças significativas em relação às concepções expressas na Carta aprovada em Goiânia, na IV CBE.

A missiva goiana aborda, de maneira mais genérica, a responsabilidade

ARTIGO

governamental na gestão das políticas educacionais, dando mais peso à herança histórica de descaso com a educação no Brasil. Por sua vez, a resolução de Brasília enfatiza a responsabilidade do governo e traça um cenário político marcado pela relação de dependência econômica com os organismos multilaterais, ditada principalmente pela permanência do pagamento da dívida externa.

As definições adotadas pela CPB denunciam também a permanência da tutela militar nas políticas públicas, a continuidade da aplicação de leis de exceção herdadas do regime militar contra movimentos da sociedade civil, principalmente a Lei de Segurança Nacional. Destacam, ainda, o oligopólio privado dos meios de comunicação, com toda a influência ideológica que esses instrumentos exercem na vida social.

Considerações finais

O movimento sindical da educação básica brasileira passou por um intenso processo de transformação no período histórico da ditadura civil-militar (1964-1985), que coincide com a transição e transformação da Confederação de Professores do Brasil (CPB), que passa a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Esse período histórico foi marcado pela efervescência política de um amplo movimento reivindicatório entre os assalariados, pela eclosão de greves de massas, pelo surgimento de oposições sindicais no interior dos sindicatos oficiais e pela criação de associações e dos sindicatos dos servidores públicos, à margem da estrutura legal, que proibia os direitos de organização sindical e de greve entre os trabalhadores do serviço público.

A retomada das paralisações de diversificadas categorias laborais, pelo menos desde meados da década de 1970, coincidiu com um momento de questionamento ao regime ditatorial vigente e foi seguida por numerosas greves dos trabalhadores da educação, notadamente dos professores da educação básica pública.

Esse período foi ainda marcado por uma vigorosa intervenção das entidades representativas do professorado e demais categorias de trabalhadores nos debates educacionais e nas formulações políticas e pedagógicas sobre o tema para a Assembleia Nacional Constituinte, instalada no país a partir de 1º de fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988.

ARTIGO



Ao longo desses anos, a CPB foi protagonista de duas importantes conferências educacionais entre os anos de 1987 e 1988, que são tratadas neste ensaio. Esse período de intensas mudanças institucionais coincide com a transição e transformação da Confederação de Professores do Brasil (CPB), que passa a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Esse é o período em que se consolida o chamado “Novo Sindicalismo”, do qual emergiriam importantes lideranças de movimentos sociais e políticos, entrelaçados com a manifestação, cada vez mais visível, do professorado, que procura se configurar como sujeito político e autônomo no cenário nacional.

O longo período de lutas contra o regime ditatorial instalado em 1964, com diferenciadas formas de expressão e experiências que fizeram parte da transição democrática, propiciou aos trabalhadores da educação a gestação e a consolidação de uma vanguarda política extremamente preciosa para os rumos ulteriores do movimento sindical educacional brasileiro.

Não sem limitações, este ensaio de interpretação histórica procurou comentar como essas mudanças se relacionam aos grandes fatos políticos do período e às intensas mobilizações protagonizadas pelos trabalhadores da educação. Procuramos demonstrar que a história da transição brasileira é decisivamente marcada por uma pretensão autoritária de controle. Todavia, diversos obstáculos vão se colocando ao intuito do regime de conter e administrar a redemocratização – sobretudo as limitações advindas das inúmeras e constantes mobilizações sociais da sociedade civil exigindo participação e cidadania.

Além disso, as mobilizações protagonizadas pelos trabalhadores da educação, com a intervenção das associações e entidades sindicais nos debates educacionais e na formulação de políticas nessa área durante a década de 1980, especialmente durante os trabalhos prévios à Assembleia Nacional Constituinte (1988), precisam ser lembradas e questionadas na história da educação brasileira.



Ao longo destas linhas, procuramos oferecer uma narrativa histórica detalhada sobre a transformação do movimento sindical da educação básica brasileira durante a ditadura civil-militar (1964-1985), destacando a transição da Confederação de Professores do Brasil (CPB) para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e seu papel na redemocratização, a conexão entre a CNTE e o “Novo Sindicalismo” e a efervescência sindical no cenário político autoritário, demonstrando como greves e mobilizações docentes coincidiram com a crise do regime militar e a demanda por participação social.

Por fim, é importante destacar que a realização das conferências educacionais de 1987-1988 e a influência das entidades sindicais na Assembleia Constituinte (1988) reforçam a relevância do movimento na construção de políticas públicas educacionais.

Referências

BAUER, Carlos; FREITAS, Viviane; LANÇA, Hélida; PAIVA, Luis Roberto Beserra de; OLIVEIRA, Maria Crisneilandia Bandeira de; PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos; MORAES, Carin Sanches de (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. v. 1.

BAUER, Carlos; FREITAS, Viviane; LANÇA, Hélida; PAIVA, Luis Roberto Beserra de; OLIVEIRA, Maria Crisneilandia Bandeira de; PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos; MORAES, Carin Sanches de (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. v. 2.

BAUER, Carlos et al (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. v. 3.

CARTA de Goiânia. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 4., 1986, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: ANDE, 1986. p. 1-3.

CNTE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Resoluções do Congresso Nacional de Unificação dos Trabalhadores em Educação*. Brasília, DF: CNTE, 1990. Arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GINDIN, Julian (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos*. Brasília: Paralelo 15, 2013. v. II.

DAL ROSSO, Sadi et al. (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011. v. 1.

FERREIRA JR., Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi et al. (org.). *Associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011. v.1, p. 47-67.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação: um novo olhar sobre a década de 80*. São Paulo. Cortez, 2005. 118p. (Coleção Questões da Nossa Época).

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *Valorização salarial dos professores: o piso salarial nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *A valorização dos educadores na constituição*

de 1988: antecedentes e consequentes. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/educacao-e-cultura-a-valorizacao-dos-educadores-na-constituicao-de-1988-antecedentes-e-consequentes/view>.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *Professores e sindicalismo no Brasil: da profissionalização à luta de classes.* São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, Camila Mendes. *O Fórum Nacional em defesa da escola pública e o princípio de gestão democrática na Constituição Federal de 1988.* 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

ROCHA, Maria da Consolação. *Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho – uma análise da experiência de Belo Horizonte.* 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Notas

¹ Em 1972 ocorreu uma mudança estatutária e a CPPB passou a representar o conjunto dos trabalhadores do ensino básico, de todas as séries e passou a denominar-se Confederação de Professores do Brasil (CPB).

² Ao final de 1983 teve início o movimento pelas “diretas, já”. O primeiro comício foi organizado, essencialmente, pelos simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT), na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, no dia 27 de novembro de 1.983, contado com cerca de 15.000 (quinze mil) participantes. A mobilização ganharia corpo e envolveria segmentos mais amplos, incluindo a maioria dos partidos de oposição. Foram realizadas manifestações em praticamente todas as capitais e também em cidades médias no interior do conjunto dos estados brasileiros (Nota dos autores).